

APRESENTAÇÃO

A idealização deste Dossiê Temático **ENSI-NO SECUNDÁRIO NOS SÉCULOS XIX E XX: implantação, expansão e experiências inovadoras** – responde, pelo menos em parte, à possibilidade de preenchimento de algumas lacunas identificadas nas investigações sobre a história do Ensino Secundário no Brasil. De um lado, ancorada nas motivações provocadas pelo Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que concedeu às Assembleias Legislativas Provinciais a possibilidade de legislar sobre a instrução pública, isto porque algumas províncias criaram e instalaram estabelecimentos de ensino secundário, mesmo antes da fundação do Imperial Collegio Pedro II, em 1837. De outro, por resultados de pesquisas que tomam o Ensino Secundário como objeto de estudo, a partir de abordagens, fontes e recortes diversos, e tornaram possível não apenas a compreensão mais ampla dos processos históricos que produziram/produzem este objeto, mas também a análise do momento atual por que passa esse nível de ensino, motivo de preocupações, polêmicas e avaliações, tanto dos poderes públicos como da sociedade.

Nesse cenário, confirma-se, por exemplo, a hipótese de que, em todo o país, a implantação e a expansão do ensino secundário se deu a passos lentos, com pouca atenção do poder público na criação de estabelecimentos, embora contribuísse com diversas formas de auxílios financeiros. Contudo, apesar do volume considerável de pesquisas, ainda há questões a serem respondidas a respeito da história desse nível de ensino que vem sendo apontado como desafio atual para as políticas governamentais. Entre essas, destacamos as relacionadas com a diversidade das histórias dos ensinos secundários nos estados brasileiros e em outros países. Diante disso, os artigos deste dossiê, embora versando sobre a mesma temática, apresentam uma ampla diversidade de focos e fontes, analisam, discutem e divulgam informações

abrangentes, tanto do ponto de vista espacial quanto temporal, e provocam reflexões teórico-metodológicas sobre essa diversidade.

Nessa perspectiva, abre este Dossiê o artigo *Individualizar o ensino secundário na França (anos 1930): uma tentativa de transposição dos métodos ativos por Henri Bouchet*, de Laurent Gutierrez, trazendo uma discussão a respeito das propostas de Henri Bouchet, do grupo dos pedagogos da Educação Nova, sobre a individualização do ensino, na França, na década de 1930, e os debates em torno da necessidade de reformar os liceus. Consideramos que este artigo traz a possibilidade de alimentar as discussões sobre a Escola Nova e os métodos ativos durante o mesmo período no Brasil.

Os três artigos seguintes resultam de reflexões teórico-metodológicas a respeito da historiografia sobre o ensino secundário. No primeiro deles, *O subcampo do ensino secundário em Santa Catarina (1942-1961)*, Norberto Dallabrida e Letícia Vieira adotam a perspectiva de campo e subcampo de Bourdieu para analisar a expansão do ensino secundário no estado de Santa Catarina, de 1942 (Reforma Capanema) a 1961 (LDB). Seguindo a mesma perspectiva teórica, Claudécir dos Santos e Leoncio Vega Gil problematizam a relação entre a legislação que estabelece as diretrizes do ensino secundário no Brasil e a realidade educacional deste nível de ensino em *Ensino secundário no Brasil enquanto um subcampo da educação: da legislação à realidade educacional*, concluindo que quanto maior for a participação dos sujeitos que atuam nesse nível de ensino, mais claro se tornará seu poder de refração, embora decorra da legislação. Em *Reescrita historiográfica da educação secundária em Mato Grosso (2000-2018)*, Fabiany de Cássia Tavares Silva, Eurize Caldas Pessanha e Silvia Helena Andrade de Brito incursionam pela versão da comparação nominada “estudos comparados” para analisar dissertações, utilizadas como

fontes e objetos, defendidas nos Programas de Pós-graduação em Educação, apontando para a necessidade de aprofundamentos e desdobramentos dos aspectos singulares da regionalidade, que mantêm conexão e alimentam interdependências entre si e na relação com práticas políticas, econômicas, culturais e educativas.

Na sequência, outro grupo de artigos focaliza aspectos específicos da estrutura e do funcionamento de instituições de ensino secundário, a começar por *Os centros integrados de educação na Bahia (1968 a 1971)*, de autoria de Edna Pinheiro Santos e Jaci Maria Ferraz de Menezes, que analisa uma experiência educativa inovadora para o ensino secundário na cidade de Salvador, Bahia, entre as décadas de 1960 e 1970. Para tanto, destaca as especificidades dessa experiência e o seu legado como experiência educacional para a história da educação secundária na Bahia. Em *Além do exame de admissão: obstáculos para o acesso ao ensino secundário em São Paulo*, nos deparamos com outros fatores pouco investigados, que restringiam o acesso de todos ao ensino secundário, pelas análises de Daniel Chiozzini e Nadia Arabadgi de Andrade. Tais análises recorrem à documentação da Secretaria de Educação, evidenciando que as reivindicações da população se encontravam submetidas a determinações das instâncias burocráticas, que paralisavam as demandas pela expansão do ensino secundário. Natália Frizzo de Almeida, em *A comemoração das vanguardas pedagógicas do ensino secundário paulista da década de 1960: reconstruir o passado para moldar o futuro*, apresenta o exercício de comparação dos discursos registrados em livros/artigos comemorativos, na busca pela compreensão de quais as motivações para transformar o reencontro de antigos colegas de classe em divulgação das suas experiências escolares para um público mais amplo.

Liceus, Ateneus e Casarões, espaços e tempos de construção do ensino secundário, constituem a temática do próximo grupo de artigos.

Inaugura essa temática o texto *El desarrollo de la educación secundaria durante la primera mitad del siglo XX en Chile: liceos renovados*, de Jaime Caiceo Escudero, no qual encontramos a Reforma Gradual da Educação Secundária, analisada a partir de 1946 pela vinculação às ideias de John Dewey. Na continuidade, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França e Laura Maria Silva Araújo Alves, em *Ensino secundário no Casarão da Praça da Bandeira: Ginásio Paraense (1930-1937)*, nos trazem análises acerca do Casarão que abrigou o Ginásio Paraense, tornado um lugar de difusão do conhecimento científico e literário. Ainda neste mesmo grupo de artigos, *A Reforma Gustavo Capanema no Atheneu Sergipense: entre a legislação educacional e as práticas educativas discentes (1942-1961)*, de autoria de Eva Maria Siqueira Alves, João Paulo Gama Oliveira e Rosemeire Marcedo Costa, destaca o papel do aluno não apenas como partícipe e produtor do cotidiano escolar do Atheneu Sergipense, no período de vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. Fechando esse grupo, Cesar Augusto Castro, Luciana Nathalia Morais Furtado e Samuel Luís Velásquez Castellanos analisam *Os jornais dos alunos do Liceu Maranhense (1907-1930)* como jornais estudantis, concluindo que os jornais escritos pelos alunos do Liceu Maranhense se configuraram como um importante veículo de identidade e de resistência entre o ideal e o concreto vivenciado pelos estudantes desta instituição.

O dossiê se completa com artigos que discutem resultados de pesquisas cujo objeto se encontra circunscrito à expansão do ensino secundário em diversos estados brasileiros. Kalline Laira Lima dos Santos e Rosa Fátima de Souza Chaloba analisam a expansão do ensino secundário público no estado de Pernambuco em *A expansão do ensino secundário em Pernambuco: a interiorização dos ginásios oficiais (1948-1963)*, registrando a lentidão e a condição tardia como aspectos contributivos para a produção das desigualdades regionais no campo da educação, bem como para os limites

da política estatal para esse nível de ensino. Na continuidade, *As vicissitudes da democratização do ensino secundário no Rio Grande do Norte (1940-1961)*, de Marta Maria de Araújo, analisa aspectos reveladores da tendência à ampliação das oportunidades socioeducacionais do ensino secundário no Rio Grande do Norte (1942-1961), impulsionada, particularmente, pelo aumento da rede de estabelecimentos de ensino secundário particulares, em sua maioria femininos. Ainda na tônica da expansão, Giseli Cristina do Vale Gatti e Décio Gatti Júnior identificam a forte expansão do Ensino Secundário em Minas Gerais, com oferta privada predominante, notadamente católica, mediante subvenções públicas em *A expansão do ensino secundário em Minas Gerais: estatísticas, legislação e historiografia (1942-1961)*. No tocante à percepção de uma discreta participação do poder público na criação de escolas de ensino médio, nos deparamos com *A escola secundária fluminense: organização, financiamento e desafios (1945-1955)*, de autoria de Amália Cristina da Rocha Bezerra, Claudia Maria Costa de Alves Oliveira e Fernando César Ferreira Gouvêa, que ainda ampliam análises acerca da ação de prover bolsas de estudo para a frequência em escolas privadas. Em *Rio, cidade-capital e a expansão do ensino secundário (1940-1960)*, Patrícia Coelho da Costa e Jefferson da Costa Soares relacionam a expansão do ensino secundário carioca com a lógica do capital imobiliário, que atendeu aos moradores dos bairros com maior poder aquisitivo e restringiu as oportunidades de escolarização secundária para os residentes dos distritos mais distantes e pobres da cidade, reforçando a desigualdade social. Na região Sul, o *Ensino secundário no Paraná: expansão e transformação (1940/1950)*, de autoria de Sergio Roberto Chaves Junior, registra que, no período estudado, ocorreram debates para transformar esse nível de ensino uma vez que estava constituída uma rede de estabelecimentos públicos de ensino secundário numericamente superior às instituições da esfera privada, mas não se garantiu o acesso

a grande parte da população, pois a expansão pode ter enfrentado obstáculos. Na região Nordeste, a expansão do Ensino Secundário, de 1942 a 1961, está delineada no texto *A expansão do ensino secundário na Bahia (1942-1961)*, de Sara Martha Dick, que recorre a fontes do Arquivo Público da Bahia (APBA), Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA), Biblioteca Pública da Bahia (BPBA) e Arquivo Municipal de Salvador, além da consulta a jornais, para analisar a expansão no período mais democrático na gestão do estado.

Este dossiê abriga, ainda, na seção Estudos, sete artigos. O primeiro, intitulado *Escrevivências trans* como potência*, de autoria de Alfrancio Ferreira Dias, propõe uma analítica de gênero a partir do movimento de escrevivências trans*. O artigo explora a perspectiva de como a escrita trans* é potencializadora do autoconhecimento, além de discutir o surgimento de uma pedagogia trans*.

O segundo artigo, *Práticas de saúde de estudantes do gênero masculino de um curso superior em saúde*, de Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, Daniele Machado Pereira Rocha e Jorge Luiz Lordêlo de Sales Ribeiro, aborda, a partir de dados obtidos numa pesquisa de campo, a temática das práticas de saúde e doença de estudantes do gênero masculino de um curso superior em saúde.

Ensino e aprendizagem de Geografia: formação e práticas docentes, de Andrecksia Viana Oliveira Sampaio, Luciana Amorim de Oliveira e Maiane Fonseca Santos, é o terceiro artigo. As autoras apresentam uma discussão sobre o ensino de Geografia desde a formação até as práticas docentes.

Em seguida, temos o artigo *Ciência dos jogos aplicada a educação: um estudo do processo criativo de confecção do jogo analógico Umuechem*, de autoria de Jeferson Antunes, Verônica Salgueiro do Nascimento e Zuleide Fernandes de Queiroz. O estudo demonstra o processo criativo de concepção do jogo analógico Umuechem, utilizando a metodologia do Ciclo Criativo de Jogos Colaborativos. Além da

descrição do processo de criação, os autores refletem sobre a ação interdisciplinar no processo de criação do jogo.

O quinto artigo, *Educação, cultura popular e Educação de Jovens e Adultos*, de Clarice Wilken de Pinho, Leôncio Soares e Fernanda Aparecida Rodrigues Silva, fala das experiências culturais presentes nas múltiplas identidades dos jovens e adultos presentes na base dos movimentos de educação e cultura popular que eclodiram no Brasil na década de 1960.

O sexto artigo, de autoria de Gilmário Moreira Brito e Eliene R. Ramos, intitulado *Instruir, moralizar e civilizar para o desenvolvimento da Bahia: estratégias das campanhas de saneamento e educação rural de 1918 e 1952*, discute as concepções políticas das campanhas de saneamento e educação destinadas aos sertões e zonas rurais da Bahia, implantadas, respectivamente, pela Liga Pró-Saneamento, instituída em 1918, e a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952. Examina conceitos de saneamento, educação rural e instrução usados, pela Campanha de 1952, como estratégias para modificar modos de viver e produzir de

moradores rurais tendo em vista inseri-los, no contexto da década de 1950, nos mercados nacional e internacional.

Fechando a seção temática, temos o artigo *Os inspetores de alunos do Colégio Pedro II em seus primeiros anos de funcionamento (1837-1857)*, de Letícia Sousa Campos da Silva. A autora analisa a Memória Histórica do Colégio de Pedro II (MHCPII), buscando investigar a situação dos inspetores de alunos do Colégio entre 1837 e 1857, analisando o modo como esses trabalhadores são representados na MHCPII.

Desejamos uma boa leitura a todos e esperamos que esse conjunto de artigos estimule pesquisadores na ampliação e aprofundamento das investigações sobre o Ensino Secundário em todos os espaços e tempos, na pretensão de contribuir para a escrita da História da Educação no Brasil.

Primavera de 2020

Jaci Maria Ferraz de Menezes
Eurize Caldas Pessanha